FORUM
CANONICUM

Pablo Gefaell

FUNDAMENTOS E LIMITES DA OIKONOMIA NA TRADIÇÃO ORIENTAL

Separata de:
REVISTA *FORUM CANONICUM*
VOLUME II / 2 • ANO II
JUNHO / DEZEMBRO 2007,
pp. 145 - 158

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | INSTITUTO SUPERIOR DE DIREITO CANÓNICO

FUNDAMENTOS E LIMITES DA *OIKONOMIA* NA TRADIÇÃO ORIENTAL*

PABLO GEFAELL
Professor de Direito Canónico Oriental
Universidade Pontifícia da Santa Cruz (Roma)

A. Introdução

'*Quero misericórdia e não sacrifício*' (*Os* 6, 6; *Mt* 9, 13)

Entre os autores que têm escrito sobre a *oikonomia* nas Igrejas orientais — e não são poucos — há uma grande variedade de posições doutrinais e acesas polémicas. A única coisa em que todos estão de acordo é que a Igreja ortodoxa não deu sobre isso uma definição oficial, nem critérios fixos para a sua aplicação...

Para nos podermos mover desde o início com alguma ideia a este respeito, podemos tentar uma primeira aproximação ao conceito dizendo que, no âmbito do Direito canónico, entende-se por *oikonomia* qualquer decisão tomada por uma autoridade eclesiástica legítima que, no caso concreto e de uma maneira provisória e excepcional, se afasta da estrita aplicação (*akribeia*) dos cânones e das normas disciplinares, com o fim de salvaguardar o bem comum da Igreja[1].

* Nova versão, integrada com bibliografia actualizada, do artigo *Fondamenti e limiti dell'*oikonomia *nella tradizione orientale*, in «Ius Ecclesiae» 12 (2000), pp. 419-436.

[1] Ivan Žužek tentou resumir as diversas descrições feitas pela doutrina: «a grande maioria dos autores reserva o conceito de *oikonomia* às disposições disciplinares emanadas por uma autoridade legítima, graças às quais, de uma maneira provisória e excepcional, se permite não observar uma lei estabelecida por uma autoridade superior, e inderrogável por uma inferior, com o fim de salvaguardar um bem comum, manter a paz na Igreja, a unidade, a *symphonia* entre o poder civil e o poder eclesiástico, (...) o bem do ecumenismo ou a colaboração internacional dos cristãos» (I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux de la Commission Pontificale pour la révision du Code de Droit Canonique oriental*, in AA.VV., *Oikonomia Mischehen*, «Kanon VI», Viena 1983, pp. 67-83 (aqui, p. 71). Cfr. também, J. H. ERICKSON, *Sacramental "economy" in Recent Roman Catholic Thought*, in «The Jurist» 48 (1988), p. 653. É preciso fazer notar que na Igreja o bem privado das almas — a sua salvação — faz parte também deste bem comum.

1) *Ponto de partida*

Para mostrar a actualidade do tema, queria começar a minha exposição com um problema escaldante: os divorciados recasados.

Para este fim citarei um trecho de Pospishil:

"Depois de um estudo exaustivo do emprego da *oikonomia* e da sua justificação, alguns escritores católicos concluem que, para o problema dos divorciados recasados na Igreja católica, a *oikonomia* poderia ser uma solução somente se a teologia católica pudesse ver a Igreja como usufruindo de um especial poder vicário, concedido pelo seu divino Fundador, que a tornasse capaz — representada talvez pelo Romano Pontífice — para conceder aqueles relaxamentos que Cristo teria concedido se Ele estivesse presente no seu corpo humano; por outras palavras, precisamente aquilo que as Igrejas orientais têm feito desde os primeiros dias da cristandade"[2].

Os ortodoxos, de facto, embora mantendo a indissolubilidade do vínculo matrimonial, toleram "pela *oikonomia*", como um mal menor, um novo matrimónio depois do divórcio — ainda que não o considerem legítimo. Nestes casos é tolerado duas vezes, ao passo que um quarto matrimónio é excluído [3].

Da parte católica, no ano 2000 foi dada uma resposta autorizada a este problema. O Papa João Paulo II em pessoa dirigia as seguintes palavras aos membros do Tribunal da Rota Romana:

"O hodierno encontro convosco, membros do Tribunal da Rota Romana, é um contexto adequado para falar também a toda a Igreja sobre o limite do poder do Sumo Pontífice em relação ao matrimónio rato e consumado, «que não pode ser dissolvido por nenhum poder humano nem por nenhuma causa, excepto a morte» (*CIC*, cân. 1141; *CCEO*, cân. 853). Esta formulação do Direito canónico não é de natureza só disciplinar ou prudencial, mas corresponde a uma verdade doutrinal mantida desde sempre na Igreja.

"Todavia, está a difundir-se a ideia segundo a qual o poder do Romano Pontífice,

[2] V. J. POSPISHIL, *Chapter 70 (Appendix 6): Pastoral Economy,* in ID., *Eastern Catholic Church Law* (edição revista e aumentada), Saint Maron Pub., New York (NY) 1996, pp. 845-851 [aqui, 851]; cfr., J.J. ALLEN, *Economia as the Critical Principle in Making Decisions of Priesthood and Marriage (The History of Priesthood and Marriage)*, in AA.V.V., *Vested in grace: priesthood and marriage in the Christian East*, Holy Cross Orthodox Press, Brookline (Massachusetts) 2001, pp. 3-21; B. HÄRING, *Sakrament, Gesetz und Oikonomia*, in R. RÜBERG (ed.), *Nach der Scheidung wieder verheiratet. Informationen, Reflexionen, Perspektiven*, Butzon & Bercker – Ketteler – Klens, Kevelaer 1993, pp. 92-119; A. KALLIS, *Oikonomia - ein Prinzip der Freiheit*, in *Ibid.*, pp. 120-124; C. VOGEL, *Application du principe de l'"economie" en matière de divorce dans le droit canonique oriental*, in «Revue de droit canonique» 32 (1982), pp. 79-100; P. L' Huillier, *L' Espace du principe d'«economie» dans le domaine matrimonial,* in «Revue de Droit Canonique» 28 (1978), p. 44; E. HADDAD, *L'économie dans les Églises orientales*, in «Studia Canonica» 38 (2004), p. 189.

[3] Cfr. J. MEYENDORFF, *La teologia bizantina: sviluppi storici e temi dottrinali,* Marietti, Casale Monferrato 1984, pp. 109-111 [aqui, p. 111]; J. GETCHA, *L'idéal du mariage unique exclut-il la possibilité d'un remariage? La position de l'Église orthodoxe face au divorce*, in «Revue d'éthique et de théologie morale "Le Supplément" - Religions et Nations», 228 (2004), pp. 275-306. P. L' HUILLIER, *L'indissolubilité du mariage dans le droit et la pratique orthodoxes*, in «Studia Canonica» 21 (1987), pp. 239-260; A. KAPTIJN, *Divorce et remariage dans L'Eglise orthodoxe*, in «Folia Canonica» 2 (1999) pp. 105-128; C. PUJOL, *El divorcio en las Iglesias ortodoxas orientales*, in AA.VV., *El vínculo matrimonial*, BAC, Madrid 1978, pp. 371-434.

Contudo, Basile Petrà considera que o divórcio ortodoxo não se concede por *oikonomia* (cfr. B. PETRÀ, *Il concetto di "economia ecclesiastica" nella teologia ortodossa*, in «Rivista di teologia morale», 14 (1982), pp. 511-512).

sendo vicário do poder divino de Cristo, não seria um daqueles poderes humanos a que se referem os cânones citados e, portanto, nalguns casos talvez pudesse estender-se também à dissolução dos matrimónios ratos e consumados. Perante as dúvidas e as perturbações de espírito que daí poderiam surgir, é necessário reafirmar que o matrimónio sacramental rato e consumado não pode jamais ser dissolvido, nem sequer pelo poder do Romano Pontífice. (...) a não extensão do poder do Romano Pontífice aos matrimónios sacramentais ratos e consumados é ensinada pelo Magistério da Igreja como doutrina que deve ser considerada definitiva, ainda que ela não tenha sido declarada de forma solene mediante um acto definitório" [4].

Deveremos, portanto, constatar definitivamente a não possibilidade do recurso à *oikonomia* para resolver este problema? Penso pessoalmente que sim. Mas o que vimos introduz-nos já no tema do nosso discurso: *quais são o fundamento e os limites da oikonomia? É possível falar dela também no âmbito do governo pastoral da Igreja católica?*

Os ocidentais têm sobre a *oikonomia,* se não uma ignorância total, talvez um conceito bastante esfumado e pouco claro. Por um lado, alguns pretendem usá-la como panaceia para todos os problemas, sem compreender os seus limites; por outro lado, alguns podem vê-la com suspeita, porque pensam erroneamente que o seu uso implica simplesmente pura arbitrariedade. Meyendorff punha-nos em guarda contra este perigo:

"Na literatura quer histórica quer teológica faz-se muitas vezes referência ao princípio da *oikonomia* para pôr em evidência a habilidade tipicamente bizantina de interpretar a lei arbitrariamente para a adaptar a fins políticos ou pessoais. Semelhante interpretação manifesta uma evidente incompreensão do termo e é uma injustiça, quer para com o princípio em si mesmo, quer para com a sua particular aplicação" [5].

A grande maioria dos autores ortodoxos bizantinos indica o perigo dos abusos na prática da *oikonomia.* Rodopoulos, por exemplo, afirma que "um uso excessivo da *oikonomia* pode talvez levar a Igreja para o princípio inaceitável de que «o fim justifica os meios»", e este autor continua dizendo que é preciso evitar o escândalo causado pela aplicação inadequada da *oikonomia* [6]. (Todavia, segundo o pensamento ortodoxo, esta possibilidade de abusos não deveria originar maus precedentes para futuras decisões, já que a *oikonomia* não tem valor fora do caso específico) [7].

[4] JOÃO PAULO II, *Discurso aos Auditores, Oficiais e Advogados do Tribunal da Rota Romana, na inauguração do ano judicial*, 21 de Janeiro de 2000, nn. 6 e 8, in *AAS*, XCII (2000), pp. 350-355 [aqui, p. 353-354].

[5] J. MEYENDORFF, *La teologia bizantina: sviluppi storici e temi dottrinali*, Marietti, Casale Monferrato 1984, pp. 109-111 (aqui, p. 109).

[6] Cfr. P. RODOPOULOS, *Introduction to the Topics of the Fifth International Congress of the Society for the Law of the Oriental Churches. I. Oikonomia,* in «Kanon VI», Viena 1983, pp. 15-18 (aqui, p. 17); cfr. também, P. RODOPOULOS, *Oikonomia nach orthodoxem Kirchenrecht*, in «Österreischisches Archiv für Kirchenrecht» 36 (1986), pp. 223-231; J. MEYENDORFF, *La teologia bizantina...*, o.c., p. 111.

[7] P. RODOPOULOS, *Introduction...*, o.c., p. 18; F. J. THOMSON, *Economy. An examination of the various theories of Economy held within the Orthodox Church,* in «Journal of Theological Studies» (Oxford), 16 (1965), pp. 368-420 [aqui, p. 383]; P. TREMBELAS, *Dogmatique de l'Eglise Orthodoxe Catholique,* vol. III, Chevetogne 1968 (tradução francesa de P. Dumont), pp. 61-62.

O problema põe-se no momento de querer saber os critérios para o bom uso da *oikonomia.* Há uma reticência da parte ortodoxa em estabelecer positivamente os seus limites, porque se pensa que isso mataria a liberdade própria dos pastores. Aliviziatos indicava que "a imprecisão do seu emprego e da sua aplicação prática eclesiástica geral foi e é absolutamente conforme com a liberdade e a flexibilidade em vigor desde a origem na Igreja ortodoxa" [8].

Segundo a concepção ortodoxa, portanto, o bom uso da *oikonomia* depende somente da sabedoria do Pastor [9], que actua assistido pelo Espírito Santo [10]. Contudo, parece-me que tal confiança nos pastores não é suficiente para evitar os abusos práticos.

L'Huillier faz notar que "não é preciso fazer uma ideia exagerada da liberdade de que gozam os bispos. (...) no espírito de um Direito concebido como expressão da vontade divina, o facto de não respeitar as normas essenciais vê-se como uma forma de sacrilégio. A indulgência e a compaixão detêm-se inexoravelmente neste limite" [11]. Mas... quais são essas "normas essenciais"?

Como dissemos, a Igreja ortodoxa não tem uma definição oficial de *oikonomia,* e alguns teólogos ortodoxos até declaram que a economia, pela sua própria natureza, não pode ser definida [12]. De facto, segundo muitos autores ortodoxos, a *oikonomia* é algo que deve ser vivida mais que descrita e definida [13]. No entanto, como assinalámos, isto não nos dá um critério para saber quais medidas são aceitáveis e quais não.

Os erros e os abusos na aplicação da *oikonomia* devem poder rejeitar-se como tais, e isto não se poderá fazer enquanto não se esclareçam os seus conceitos, fundamentos e limites [14].

2) *Estado da questão na Igreja Católica e na Igreja Ortodoxa*

Durante os trabalhos para a codificação oriental, tinha sido proposto por diversos grupos de estudo incluir entre os cânones preliminares do *CCEO* um cânon sobre *oikonomia.* Contudo, por fim decidiu-se não dizer nada a este propósito no Código oriental. A história desta decisão está exposta por E. Jarawan na revista *Nuntia* [15] e completada por I.

[8] H. ALIVIZATOS, *Oikonomia secondo il Diritto canonico della Chiesa Ortodossa* (em grego), Atenas 1949, p. 43; citado in J. KOTSONIS, *Problèmes de l'économie ecclésiastique,* Gembloux 1971 (tradução francesa de P. Dumont), p. 94; cfr. tambem H. ALIVIZATOS, *L'Économie d'aprés le Droit Canon de l'Église Orthodoxe,* in AA.VV., *Atti dello VIII Congresso internazionale di Studi Bizantini. 1951* Roma 1953, pp. 269-276; H. ALIVIZATOS, *Die Oikonomia. Die Oikonomia nach dem kanonischen Recht der Orthodoxen Kirche,* Übers., hg.u. eingel. v. Andrea Belliger ed, Lembeck, Frankurt 1998.

[9] P. RODOPOULOS, *Introduction...*, o.c., p. 17, que cita H. ALIVIZATOS, *Oikonomia...*, o.c., pp. 62-63.

[10] D. SALACHAS, *"Oikonomia" e "Akribeia" nella ortodossia greca odierna,* in «Nicolaus» 4 (1976), pp. 301-339 [aqui, p. 321].

[11] P. L'HUILLIER, *L'Economie dans la tradition de l'Église Orthodoxe,* in AA.VV., *Oikonomia Mischelen,* «Kanon VI», Viena 1983, pp. 19-38 [aqui, p. 24].

[12] F. J. THOMSON, *Economy...*, o.c., pp. 394-395.

[13] B. ARCHONDONIS, *The problem of Oikonomia today,* in AA.VV., *Oikonomia Mischehen,* «Kanon VI», pp. 39-50 [aqui, p. 40]; cfr. K. DUCHATELEZ, *Pour une valorization de l'économie ecclésial au Grand Concile orthodoxe,* in «Nouvelle revue théologique» 124 (2002), pp. 565-581.

[14] Cfr. O. J. THOMSON, *Economy...*, o.c., p. 420.

[15] «Nuntia» 10 (1980) pp. 92-94.

Žužek no seu artigo do Kanon VI [16], com a competência que lhe dá ter sido protagonista directo.

Na Comissão para o Código oriental católico (PCCICOR) [17] fez-se um estudo aprofundado sobre o assunto, tendo em conta também um documento elaborado em 1971 pela Comissão inter-ortodoxa para o Santo e Grande Sínodo Panortodoxo.

Em 1976 foram apresentados na PCCICOR três projectos de cânones sobre a *oikonomia.* Entre estes, aquele que me parece mais completo é o seguinte:

"§ 1. Por *Oikonomia* eclesiástica entende-se a competência da Igreja em exercer a obra salvífica de Nosso Senhor Jesus Cristo suprindo com a abundância da Sua graça e amor naquilo que falta ao homem considerado em concreto, para que esteja em plena conformidade com os sagrados cânones; por isso, os Hierarcas, ao urgirem a lei canónica, procurem mais a salvação das almas do que a estrita obediência à letra da lei.

"§ 2. Os Hierarcas devem exercer a *Oikonomia* com solicitude, vigilância e cautela, e estejam atentos a fim de que neste exercício não se introduzam abusos nem escandaloso relaxamento dos fiéis" [18].

Em 1978 houve fortes oposições a estes textos e também à própria oportunidade de inserir um cânon de tal género no Código. Com pequena margem de votos decidiu-se redigir um texto mais aceitável para inserir ou entre os cânones preliminares ou então no prefácio do Código. No entanto, em 1980 reabriu-se a discussão sobre a oportunidade de inserir no Código qualquer texto sobre *oikonomia,* e chegou-se à decisão unânime de não dizer nada sobre este tema.

As razões dadas pela Comissão para a revisão do Código oriental para não incluir expressamente o cânon sobre a *oikonomia* no *CCEO* foram as seguintes:

1) por um lado, a própria noção de *oikonomia* ultrapassa a estrita competência de um Código;

2) por outro lado, na realidade ela pode abranger todos os remédios que pertencem seja ao Código seja àquilo a que chamamos praxis e doutrina canónica. Com estes remédios podem encontrar legitimamente a sua solução os casos em que uma lei canónica se mostra prejudicial para a salvação das almas [19].

[16] I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., pp. 81-83.

[17] Pontificia Comissio Codex iuris canonici orientalis recognoscendo.

[18] «Nuntia» 10 (1980), p. 93. "§ 1. *Oikonomia ecclesiastica intelligitur competentia Ecclesiae exercendi opus salvificum Domini Nostri Jesu Christi supplendo ex abundantia ejus gratiae et amoris id quod homini in concreto sumpto deest, ut sit in plena conformatione cum sacris canonibus; quapropter Hierarchae, in lege canónica urgenda, magis salutem animarum quam strictam oboedientiam litterae legis intendant.*

"§ 2. *Hierarchae debent Oikonomiam sollecitudine, vigilantia et cautela exercere, et caveant ne abusus et mirum relaxatio christifidelium in hoc exercitio irrepserint*".

Os outros dois textos propostos eram os seguintes :

a) "*Oikonomia per quam lex quaedam ecclesiastica non urgetur, sed magis, sub pastorali sollecitudine et vigilantia Hierarchiae Ecclesiae, ad opus salvificum Domini Nostri Jesu Christi provocatur, magni avenda est*".

b) "*Oikonomia ecclesiastica, qua opus salvificum Domini Nostri Jesu Christi applicatur ita exerceatur sub vigilantia Hierarcarum loci ut ubi observantia legum humano modo difficilima evadit, misericordia divina et amor maternus Ecclesiae suppleat*" (*Ibid.*).

[19] Cfr. I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p. 83.

Também, da parte ortodoxa, a Conferência Pré-sinodal Panortodoxa tinha decidido não incluir a questão entre os temas a tratar no futuro Santo e Grande Sínodo, pelas graves dissensões que existiam a tal respeito.

Durante o século XX, os autores e a hierarquia ortodoxa tinham estudado em várias ocasiões a questão da natureza, extensão e limites da *oikonomia.* Já desde o século XIX, as relações com a Igreja anglicana tinham requerido um estudo sobre a possibilidade de aplicar a *oikonomia* para aceitar o baptismo e as ordenações anglicanas, com vista a acolher os convertidos ou até a proceder a uma possível futura união entre estas Igrejas [20]. Também a respeito da validade do baptismo católico tinha havido diversas posições da hierarquia ortodoxa [21].

Em 1961, a primeira Conferência Panortodoxa reunida em Rodes para a preparação do Santo e Grande Sínodo da Igreja Ortodoxa, tinha incluído este tema entre os assuntos a tratar. Em 1968 a VI Conferência Panortodoxa confiou o estudo deste tema à Igreja da Roménia. Com base nesse e noutros contributos, a Comissão Inter-ortodoxa preparatória para o Santo e Grande Sínodo em 1971 elaborou um documento [22] em que se pretendia formular a comum visão ortodoxa sobre a *oikonomia.* Este documento suscitou pelo contrário fortes discussões, e a polémica foi tão viva que em 1976 a Conferência Pré-sinodal Panortodoxa decidiu não incluir a questão da *oikonomia* na agenda do futuro Santo e Grande Sínodo Panortodoxo, deixando para ulteriores estudos [23].

Pode-se, assim, constatar que, quer pela parte ortodoxa quer pela parte católica, existiam dificuldades para aceitar uma definição oficial. Porém, as razões não eram as mesmas.

B. Fundamento da *Oikonomia*

É necessário agora interrogar-se sobre o fundamento teológico da *oikonomia*, porque se trata de um conceito fundamentalmente teológico, mesmo que não se possa negar os seus claros e concretos aspectos disciplinares [24]. Ela não é tanto uma norma específica quanto um princípio inspirador da conduta do governante.

A Comissão inter-ortodoxa preparatória indicava que "a origem e o fundamento da *economia* eclesiástica é a encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo e toda a sua

[20] Cfr. a boa descrição das vicissitudes históricas e doutrinais que faz F. J. THOMSON, *Economy...*, o.c., pp. 370-394; P. RAI , *L'économie chez les ortodoxes depuis 1755,* in «Istina» 18 (1973), pp. 359-368 (aqui, p. 363, pp. 365-366 e nota 22).

[21] Cfr. P. RAI, *L'économie chez les ortodoxes depuis 1755*, o.c., p. 363.

[22] COMMISSION INTERORTHODOXE PREPARATÓIRE, *L'économie dans l'Église orthodoxe,* in «Istina» 18 (1973), pp. 372-383 (aqui, pp. 375-376). A tradução italiana pode ver-se in COMMISSIONE INTERORTODOSSA PREPARATORIA, *L'Economia nella Chiesa Ortodossa,* in «Il Regno/documenti» n. 257 (1 de Janeiro de 1973), pp. 33-37. Cfr. os relatos de D. SALACHAS, *"Oikonomia" e "Akribeia" nella ortodossia greca odierna...*, o.c., pp. 325-338, K. DUCHATELEZ, *L'économie dans l'Église orthodoxe: exposé critique du raport préconciliaire,* in «Irénikon» 46 (1973), pp. 198-206 e B. PETRÀ, *Il concetto di "economia ecclesiastica" nella teologia ortodossa*, o.c., pp. 512-520.

[23] Cfr. B. ARCHONDONIS, *The problem of Oikonomia Today...*, o.c., pp. 40-41.

[24] P. L'HUILLIER, *L'Economie dans la tradition de l'Eglise Orthodoxe...*, o.c., pp. 27.

obra de redenção, que é iniciada no momento da encarnação como um acto de divina condescendência e filantropia. A *economia* tem a sua origem no espírito de amor e de misericórdia de Deus para com os homens e está impregnada do próprio espírito de Nosso Senhor: «De facto Deus tanto amou o mundo que sacrificou o seu Filho Unigénito, a fim de que cada um que crê n'Ele não pereça, mas tenha a vida eterna» (*Jo* 3,16)". "A Igreja de Cristo — continua a Comissão — é o santo e infalível corpo no qual e através do qual se cumpre a obra salvífica de Deus para o homem. (...) A *economia* é a condescendência que salva o homem que pecou, dando uma mão de socorro para levantar de novo aquele que caiu (...) a *economia* é uma imitação da divina filantropia" [25].

Os Padres da Igreja falaram da *oikonomia* sobretudo a respeito do comportamento dos pastores em relação aos sacramentos recebidos na heresia. São Basílio, por exemplo, na sua *Lettera ad Anfilochio* [26], embora rejeitando em princípio o baptismo dos hereges, admitia por *oikonomia* a praxis de os acolher sem rebaptizá-los, por receio de que a demasiada severidade fosse um obstáculo à salvação de alguns.

A *oikonomia*, portanto, é uma suspensão, relaxamento, desvio, da lei no caso concreto, mas deixando a lei intacta [27]. Não se trata de ab-rogar ou alterar a lei. Se, portanto, a lei fosse alterada por uma nova, mais favorável, não se deveria falar estritamente de *oikonomia* [28].

Mas, qual é a justificação teológica desta praxis? Porque não existe a exigência de harmonia entre a *akribeia* e a *oikonomia*?

Como dissemos, a *oikonomia* não se deve confundir com a arbitrariedade [29], é mais um são discernimento nos pastores. Também o Direito canónico católico é permeado por tal exigência. Basta ler os princípios para a revisão do código oriental: "uma maior liberdade concedida aos Ordinários faz transparecer muito mais claramente a índole pastoral do Código" [30]. Todavia, a discrecionalidade própria da *oikonomia* ortodoxa é limitada só pelo dogma, enquanto as nossas técnicas de flexibilização do Direito são limitadas pelo princípio da legalidade.

É verdade, porém, que católicos e ortodoxos reconhecem a *akribeia* como o meio de salvação geral para todos: "No encontro entre o homem e Deus — afirma a Comissão inter-ortodoxa — a relação é uma relação de canonicidade, de *akribeia.* Isto exige, por um lado, a recepção correcta e completa da verdade revelada e da graça e, por outro, a

[25] COMMISSION INTERORTHODOXE PREPARATÓIRE, *L'économie dans l'Église orthodoxe...*, o.c., pp. 375-376.
[26] BASILIO DI CESAREA, *Ep. Ad Anphilochium:* PG 32, 669 B. Citado por J. MEYENDORFF, *La teologia bizantina...*, o.c., p. 110. Este trecho está recolhido na colecção canónica bizantina como cânones 1 e 47 de São Basílio (cfr. P. RAI, *L'économie chez les orthodoxes depuis 1755*, o.c., p. 364).
[27] I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p. 77.
[28] P. RODOPOULOS, *Introduction...*, o.c., p. 16 ; I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., pp. 75-76. Por isso, a prática *contra legem,* não é *oikonomia,* porque isso ab-roga a lei (cfr. I. ŽUZEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p. 77).
[29] P. L'HUILLIER, *L'économie dans la tradition de l'Eglise Orthodoxe...*, o.c., p. 24.
[30] «Nuntia» 3 (1976), p. 4.

livre conformidade, correcta e completa, com os cânones estabelecidos pela Igreja" [31]. Portanto, "com as suas leis a Igreja assiste os fiéis e guia-os para a salvação. No entanto, ela não aplica a lei de forma legalista: «o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado»" [32].

Na Igreja não se admite o legalismo porque, no fim de contas, a justiça no sentido mais profundo consiste em cumprir a vontade de Deus. E, neste contexto, "as estruturas canónicas podem às vezes ser inadequadas à plena realidade e universalidade do Evangelho e por si não dão a certeza de que, aplicando-as, se obedeça à vontade de Deus" [33]. Trata-se, portanto, de encontrar a vontade de Deus no caso concreto. Por esta razão, a *oikonomia* só se poderá aplicar se a excepção à lei reflecte a vontade divina nesse caso [34].

Contudo, é óbvio que o facto de dever procurar a vontade de Deus para o indivíduo para além da norma canónica escrita, não é contrário ao sistema canónico em si mesmo. Não é algo de "metajurídico". Procurar a justiça substancial é algo plenamente jurídico, ainda que às vezes requeira ultrapassar as normas positivas. Mais, é a verdadeira dimensão jurídica: dar a cada um *o que é seu.*

Somente uma visão positivista do Direito canónico poderia contrapor a *oikonomia* à dimensão jurídica da Igreja. Se se vê o Direito canónico como algo extrínseco à natureza da Igreja e à sua finalidade essencial, é lógico que os meios para encontrar aquela finalidade última poderão ser "anti-jurídicos".

Parece que Corecco generaliza talvez muito quando escreve: "[em] última análise, o Direito canónico não é visto pelos teólogos ortodoxos como um elemento de apoio que sustenta a verdade salvífica da Igreja, mas apenas como uma super-estrutura da Igreja, na medida em que é sociedade, que pode ser superada em nome de uma verdade que realmente pertença à esfera do dogma" [35]. Embora o que diz Corecco possa ser verdadeiro em relação à posição de alguns autores ortodoxos (e também de alguns católicos), parece-me que não se pode generalizar nem estender esta crítica a toda a Igreja ortodoxa. De facto, se tomamos em consideração a afirmação atrás citada da Comissão inter-ortodoxa sobre a necessária relação de canonicidade no encontro entre Deus e o homem, dever-se-ia admitir que eles — pelo menos os membros daquela Comissão — reconhecem o carácter salvífico, soteriológico, do Direito canónico.

[31] COMMISSION INTERORTHODOXE PREPARATÓIRE, *L'économie dans l'Eglise orthodoxe...*, o.c., p. 373; cfr. também, «Nuntia» 10 (1980) p. 93. Cfr. S.N. TROIANOS, *"Akribeia" und "Oikonomia" in den heiligen Kanones*, in CONGREGAZIONE PER LE CHIESE ORIENTALI (ed.), *Ius ecclesiarum vehiculum caritatis. Atti del simposio internazionale per il decennale dell'entrata in vigore del Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium*, Liberia Editrice Vaticana, Città del Vaticano 2004, pp. 187-198.

[32] P. RODOPOULOS, *Introduction...*, o.c., p. 15.

[33] J. MEYENDORFF, *La teologia bizantina...*, o.c., p. 110.

[34] P. L'HUILLIER, *L'Economie dans la tradition de l'Eglise Orthodoxe...*, o.c., p. 25.

[35] E. CORECCO, *Theologie des Kirchenrechts,* in J. LISTL - H. MÜLLER - H. SCHMIDT (eds.), *Handbuch des Kattholischen Kirchenrechts,* Regengsburg 1983, p. 15.

C. Âmbitos de aplicação e limites da *Oikonomia*

Depois de ter visto sumariamente o fundamento, tentaremos indicar quais são os âmbitos de aplicação e os limites da *oikonomia.*

O fim último da *oikonomia* é a salvação das almas que, no fundo, é o bem comum para o qual tende toda a actividade da Igreja. O fim sobrenatural da Igreja supõe, portanto, um âmbito concreto de aplicação, para além do qual não existe verdadeira *oikonomia.*

A *oikonomia* não pode contradizer o dogma [36]. A este respeito, os Bizantinos costumam referir as palavras de Eulogio, patriarca de Alexandria (581-607): "Pode-se em bom direito praticar a *oikonomia* sempre que a doutrina da piedade permaneça intacta" [37]. "Por outras palavras, a *oikonomia* diz respeito às implicações práticas da fé cristã, mas não desce nunca a compromissos com a própria verdade" [38]. Todavia, alguns autores ortodoxos precisam que é preciso distinguir, por um lado, o conteúdo do dogma — que é de fé — e, por outro, a interpretação do dogma, permitindo assim tolerar por *oikonomia* algumas expressões teológicas se a realidade dogmática não se altera [39].

Voltando ao exemplo do início, o Papa esclareceu que, precisamente porque a indissolubilidade do matrimónio faz parte do depósito da fé, ele não é competente para a dissolução do matrimónio rato e consumado. Os ortodoxos, pelo contrário, não põem o problema da dissolução do primeiro matrimónio, limitando-se a permitir segundas núpcias. Para os católicos, esta perspectiva não é admissível porque vai contra a realidade das coisas. Talvez os ortodoxos, se tivessem tido um Concílio de Trento [40], vissem resolvido este problema doutro modo.

Outro limite da aplicação da *oikonomia* está no requisito da boa disposição: ela, por conseguinte, não se pode aplicar se existe heresia pessoal [41]; e nem sequer se pode admitir se há perseverança no pecado [42].

Este critério é fundamental, porque para alcançar o fim último da *oikonomia* (a salvação das almas) é preciso ater-se ao requisito fundamental que já indicámos: fazer a vontade

[36] -[A Igreja ortodoxa] não abandonou nunca a exactidão em matéria de fé e de doutrina, no que diz respeito aos elementos de base- (COMMISSION INTERORTHODOXE PREPARATÓIRE, *L'économie dans l'Eglise orthodoxe...*, o.c., p. 379).

[37] Sermão 227, PG 103, 953.

[38] J. MEYENDDORFF, *La teologia bizantina...*, o.c., p. 111; cfr. também, P. RODOPOULOS, *Introduction...*, o.c., p. 15; I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p. 74; P. L'HUILLIER, *L'Economie dans la tradition de l'Eglise Orthodoxe...,i,* p. 21.

[39] B. ARCHONDONIS, *The problem of Oikonomia today...*, o.c., p. 42.

[40] Ainda que na Sess. XXIV, can. 7, do Concílio de Trento a indissolubilidade do matrimónio não foi definida directamente como dogma, ficava claro que esta verdade pertencia ao depósito da fé. Cfr. L. BRESSAN, *Il divorzio nelle Chiese orientali, ricerca storica sull'atteggiamento cattolico*, EDB, Bologna 1976; P. GEFAELL, *L'indissolubilità del matrimonio e gli orientali nel Vaticano I Voto di Rosi-Bernardini*, in P. SZABÓ & P. GEFAELL (eds.), *«Sotto la presidenza della Theotókos». Studi in memoria di Ivan Žužek S.J.*, Budapest (em impressão).

[41] J. H. ERICKSON, *Oikonomia,* in K. PENNINGTON – R. SOMMERWILLE (eds.), *Church and Society. Essays in honour of S. Kuttner,* Filadelfia 1977, pp. 225-236 [aqui, p. 232].

[42] J. H. ERICKSON, *The value of the Church's Disciplinary Rule with respect to Salvation in the oriental Tradition,* in R. COPPOLA (ed.), *Atti del Congresso internazionale «Incontro fra canoni d'Oriente e d'Occidente»,* Bari 1994, pp. 246-274 [aqui, p. 265].

de Deus no caso concreto. E isto é incompatível com os casos de má disposição.

A prática da *oikonomia* é confiada aos Pastores da Igreja, os autênticos *oikonomoi,* que administram de modo oficial — em nome de Cristo — a Igreja, sacramento de salvação. Portanto, não se poderia falar de *oikonomia* decidida por um leigo ou por alguém sem competência no caso concreto. Em princípio, as autoridades que podem exercê-la são o bispo, o sínodo e o concílio, ainda que os pormenores a este respeito sejam regulados pelo costume e pela praxis de cada Igreja local [43].

No âmbito de aplicação, alguns autores distinguem entre *oikonomia* "interna" e *oikonomia* "ecuménica" [44]. Outros preferem chamar-lhe *oikonomia* "pastoral" e *oikonomia* "eclesial" ou "institucional" [45]. Detenhamo-nos agora sobre esta última distinção:

1) *Oikonomia "interna" ou "pastoral"*

Dentro da própria Igreja ortodoxa, para com os próprios fiéis, usa-se muitas vezes a *oikonomia.* Kotsonis apresenta muitos exemplos concretos [46]: em caso de necessidade, baptizar nas casas em vez de o fazer na Igreja; não observar o jejum eucarístico no caso de doença; celebrar a Eucaristia sem diáconos se não é possível de outro modo; ordenar presbíteros ou diáconos antes da idade canónica ou sem todos os estudos previstos; transferir os bispos de uma sede para outra; reduzir as penas ou as penitências; celebrar a *Euchelaion* (Unção dos doentes) por um único sacerdote em vez dos sete previstos (às vezes, permite-se até que leigos unjam os doentes com óleo consagrado); reunir os sínodos com menos frequência do que a prevista pelos cânones; em caso de guerra, não jejuar nos tempos estabelecidos; etc. Kotsonis vê o requisito do celibato dos bispos como algo introduzido pela *oikonomia* [47], enquanto Rodopoulos, pelo contrário, indica como *oikonomia* o facto de permitir o uso do matrimónio por parte dos clérigos [48], ainda que, na realidade, para estes casos o legislador tenha já emanado leis a tal respeito (cfr. Trullo, cân. 12, 13, 48) e, portanto, não se trataria de *oikonomia* em sentido estrito [49]. Fala-se de *oikonomia* no caso em que sejam permitidas terceiras núpcias a pessoas com menos de trinta anos, coisa habitualmente proibida [50]. Erickson até conta atentamente a polémica do quarto matrimónio do imperador Leão o Sábio (a. 906), permitido por *oikonomia* [51].

[43] D. SALACHAS, *"Oikonomia" e "Arikbeia"* nella *ortodossia greca odierna...*, o.c., pp. 321-322; J. KOTSONIS, *Problèmes de l'économie ecclesiastique...*, o.c., pp. 115-137; I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p.75.

[44] J. H. ERICKSON, *Oikonomia...*, o.c., p.231.

[45] V. J. POSPISHIL, *Pastoral Economy...*, o.c., p.848.

[46] J. KOTSONIS, *Problèmes de l'économie eclesiastique...*, o.c., pp. 183-198. Cfr. também, C. CUPANE, *Appunti per uno studio dell'oikonomia ecclesiastica a Bisancio,* in «Jahrbuch der österreichischen Byzantinistik», Herausgegeben von H. Hunger, 38 Band, Viena 1998, pp. 53-73.

[47] J. KOTSONIS, *Problèmes de l'économie ecclésiastique...*, o.c., pp. 186-187.

[48] P. RODOPOULOS, *Introduction...*, o. c., p. 16.

[49] I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., pp. 75-77.

[50] J. KOTSONIS, *Problèmes de l'économie ecclésiastique...*, o.c., pp. 187-189.

[51] J. H. ERICKSON, *The value of the Church's Disciplinary Rule...*, o.c., pp. 263-264.

Além disso, como vimos, a *oikonomia* muitas vezes aplica-se para autorizar novos matrimónios dos ortodoxos divorciados.

Como se pode ver, a maior parte destes casos são perfeitamente razoáveis, mas outros não o são tanto, antes, do ponto de vista católico não são aceitáveis.

Na Igreja católica, procura-se viver o critério da *salus animarum suprema lex* no governo eclesial mediante as diversas técnicas de flexibilização do Direito, seguindo o princípio da legalidade que ajuda a não cair em concessões contrárias ao dogma ou à moral, porque senão não seria o justo caminho de procurar o verdadeiro bem das almas. Não existe verdadeira caridade sem justiça, nem justiça sem verdade.

Como dissemos, a tradição oriental em teoria concorda com esta posição, ainda que depois, por vezes, algumas soluções concretas sejam para nós inadmissíveis.

Kotsonis [52] tenta indicar os limites da *oikonomia* quando estabelece alguns critérios para identificar a falsa *oikonomia* eclesiástica. Segundo este autor, não são verdadeira *oikonomia*:

a) As disposições que não fazem progredir os fins da *oikonomia,* quer dizer:
- Aqueles que procuram fins extra-eclesiais.
- Aqueles que dimanam de uma disposição de complacência.
- Aqueles que dimanam da hipocrisia, laxismo e medo.
- Aqueles que dimanam de um fim interesseiro.
- Aqueles que dimanam de negligência ou indiferença.

b) As decisões que subvertem a ordem canónica da Igreja e ameaçam a salvação das almas.

c) As medidas tomadas sem competência e arbitrariamente.

Como sempre, o problema consiste na dificuldade em encontrar parâmetros objectivos para julgar estas resoluções.

Muitas vezes tem-se confundido a *oikonomia* com a *dispensatio* canónica. Contudo, a dispensa seria, quando muito, um dos tantos meios para aplicar a *oikonomia.* A dispensa canónica é regulada pelas leis canónicas e há matérias que não são dispensáveis por parte dos bispos, embora sejam de direito meramente humano (pensamos nas normas processuais, por exemplo). Pelo contrário, segundo a concepção ortodoxa, por *oikonomia* se poderia dispensar, precisamente, também do processo canónico.

Como acabámos de dizer, a dispensa é um dos tantos meios de flexibilização do Direito na Igreja católica; meios que — de certo modo — poderiam ser considerados como instrumentos para aplicar a *oikonomia.* Sem pretender fazer uma enumeração exaustiva, podem enumerar-se entre estes meios:

[52] Cfr. J. KOTSONIS, *Problémes de l'économie ecclésiastique...*, o.c., pp. 101-114.

– a *aequitas canonica* [53];

– a *sanatio* dos actos jurídicos e os outros diversos *fictio iuris* (legitimação dos filhos, etc.);

– o princípio *Ecclesia supplet* para os casos de erro comum e dúvida positiva e provável;

– as causas excusantes da obrigação das leis meramente eclesiásticas em caso de *grave incómodo*;

– o princípio segundo o qual as leis não vinculam em caso de dúvida de direito;

– as regras sobre a estrita interpretação das leis irritantes, incapacitantes ou limitadoras da liberdade;

– a obrigação da interpretação benigna das leis penais;

– as cláusulas contendo excepções ("a menos que", etc.);

– as inúmeras cláusulas que prevêem poderes discricionários na aplicação do direito (penas optativas, etc.).

Embora a *epikeia* tenha como sujeito activo o fiel individual, e não a autoridade, alguns incluem-na também na *oikonomia* em sentido lato [54].

2) *Oikonomia "ecuménica" ou "eclesiológica":*

A maior parte dos estudos que consultámos tratam de preferência este tipo de *oikonomia*[55]. Talvez possa parecer uma questão meramente teológica, não disciplinar, mas as suas consequências práticas são de clara natureza canónica.

No âmbito ecuménico, como dissemos, apresentam-se muitos casos que foram resolvidos pela hierarquia ortodoxa de modo diferente, dependendo das circunstâncias históricas e de uma Igreja autónoma para outra.

É o caso, por exemplo, do *reconhecimento dos sacramentos administrados fora da Igreja ortodoxa,* sempre que se trate de cristãos que querem converter-se à ortodoxia. Sobre este tema, escreveu-se muito e há diversas soluções do problema. "As teorias ortodoxas extremas parecem nascidas do esforço de explicar como a Igreja pode aceitar ou rejeitar a validade dos mesmos sacramentos em diversas épocas, ou no mesmo tempo

[53] Cfr. H. MÜLLER, *Oikonomia und aequitas canonica*, in R. COPPOLA (ed.), *Incontro fra canoni d'Oriente e d'Occidente*, Cacucci Editore, Bari 1994, pp. 293-316

[54] Cfr. I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p. 76 ; «Nuntia» 10 (1980), p. 94. Y. Congar pelo contrário admite como *oikonomia* somente a *epikeia* usada pela própria autoridade como regra de juízo (cfr. Y. CONGAR, *Propos en vue d'une theologie de l'Economie dans la tradition latine,* in «Irénikon» 45 [1972], pp. 154-206 [aqui, p. 191]).

[55] Cfr., por ex., L. STAN, *Economy and Intercommunion,* in «Diakonia» 6 (1971), p. 215; P. L'HUILLIER, *Economie et théologie sacramentaire,* in «Istina» 17 (1972), pp. 17-20; K. DUCHATELEZ, *Economie baptismale dans l'Eglise orthodoxe,* in «Istina» 16 (1971) pp. 13-36; P. DUMONT, *Economie ecclesiastique et réiteration des sacraments,* parte II, in «Irénikon» 14 (1937) pp. 339-362; EDITORIAL., *Pour une théologie de la 'communicatio in sacris',* in «Istina» 14 (1969) pp. 194-195; V. PARLATO, *Il problema della validità dei sacramenti amministrati da eretici e scismatici, in alcune fonti orientali del IV e V secolo*, in «Folia Canonica» 1 (1998), pp. 59-66.

por diversas Igrejas autónomas" [56].

Dependendo da visão eclesiológica, há duas posições extremas entre os autores:

a) Aqueles que, radicalizando o princípio ciprianista *"extra Ecclesia nulla salus"*, não admitem sacramentos válidos fora da ortodoxia. Para estes autores o reconhecimento dos sacramentos dos hereges que se convertem à ortodoxia implicaria "criar" mediante *oikonomia* algo que antes não existia (Androustos, Balanos, Dyovouniotis).

b) Aqueles que, mais próximos da posição agostiniana, para poder aplicar a *oikonomia* exigem pelo menos a existência prévia de uma certa realidade objectiva, mesmo se não perfeitamente "canónica" (Bratsiotis, Alivizatos, Bulgakov, Milasc, Florovsky) [57].

Em todos os casos, reconhecer ou não aqueles sacramentos dependerá das disposições do sujeito e da utilidade para a Igreja: de facto, segundo alguns hierarcas e teólogos ortodoxos, a atitude da heresia em relação à ortodoxia pode influir sobre o reconhecimento da validade dos seus sacramentos, porque uma atitude hostil à Igreja ortodoxa constitui um desvio fundamental da fé cristã [58]. Deste modo, as circunstâncias históricas das relações ecuménicas fazem de facto que a hierarquia ortodoxa julgue a atitude dos "heterodoxos" às vezes aberta e cordial, às vezes suspeita, se não agressiva, e portanto ache no primeiro caso poder aplicar a *oikonomia* porque há boa fé, enquanto se nega a fazê-lo no segundo caso [59].

Diversos escritores, por isso, têm tentado integrar a visão ortodoxa com a católica a respeito do reconhecimento dos sacramentos recebidos fora da própria confissão (por ex. Duchatelez, Congar, etc.), outros, pelo contrário, têm preferido acentuar a diferença (Örsy) [60].

A Igreja católica, pelo contrário, com respeito ao reconhecimento dos sacramentos fora dos seus limites visíveis e ao modo de receber na Igreja católica os cristãos baptizados ou ordenados *in sacris* fora dela, não se regula segundo os critérios da Igreja ortodoxa, mas sim reconhecendo as consequências da realidade teológica objectiva.

[56] F. J. THOMSON, *Economy*..., o.c., pp. 418. Os autores tentam explicar o motivo pelo qual a hierarquia ortodoxa respondeu de modo diferente em casos aparentemente semelhantes. Por exemplo, em 1844 os melquitas católicos que pediam para entrar na ortodoxia não eram rebaptizados, enquanto que 14 anos antes, sim (P. RAI, *L'économie chez les orthodoxes depuis 1755*..., o. c., p. 363). O anglicano Palmer, a meados do século XIX, desejando fazer-se ortodoxo, constatou com espanto que a Igreja Grega exigia rebaptizá-lo, enquanto que a Russa o admitia sem um novo baptismo. Ou então, em determinadas épocas, o patriarcado de Moscovo não reconhecia o matrimónio misto entre católicos e ortodoxos, pouco depois já reconhecia a bênção do matrimónio misto por parte do ministro católico, e a seguir fazia marcha atrás...

[57] Cfr. P. RAI, *L'économie chez les orthodoxes depuis 1755*..., o.c., pp. 363, 365-366 e nota 22 ; F. J. THOMSON, *Economy*..., o.c., pp. 384, 386, 390.

[58] Ivantson-Platonov, Khrapovitsky, cfr. F. J. THOMSON, *Economy*..., o.c., pp.385 e 388.

[59] "Nas circunstâncias é preciso sublinhar que uma tal aplicação vasta e variada da economia, por parte da Igreja ortodoxa, era devida a uma mudança na apreciação que faziam os ortodoxos dos sentimentos e actos da outra parte, de modo que a não aplicação da economia e o regresso às exigências mais estritas da *acribia* foram de uma necessidade vital para a Igreja ortodoxa, segundo as ameaças dos diferentes tempos e lugares" (COMMISSION INTERORTHODOXE PREPARATÓIRE, *L'économie dans l'Eglise orthodoxe*..., o.c., p. 381).

[60] J. H. ERICKSON, *Sacramental «economy» in Recent Roman Catholic Thought*..., o.c., p. 661; L. ÖRSY, *In search of the meaning of* Oikonomia*: Report at a convention*, in «Theological Studies» 43 (1983), p. 318.

Num outro âmbito das relações ecuménicas, os hierarcas ortodoxos bizantinos geralmente concordam em negar a possibilidade da *communicatio in sacris* eucarística com os não ortodoxos [61]. Contudo, em casos raríssimos tem sido permitido: "a comunhão eucarística entre ortodoxos e não ortodoxos — diz Archondonis —, que alguns procuram embora se mantenha o cisma, não é possível que seja aceite na Igreja ortodoxa, nem mesmo por *oikonomia,* excepto nos casos em que a falta de sacerdotes da própria Igreja em qualquer lugar obrigue o fiel a recorrer ao sacerdote de outra Igreja para ir ao encontro das suas urgentes necessidades religiosas" [62].

Na Igreja católica adopta-se uma praxis semelhante, e talvez de algum modo se poderia classificar de *oikonomia,* pois a regra geral (*akribeia*) é a não possibilidade de tal *communicatio in sacris* (cfr. *CIC* cân. 844 § 1, *CCEO* cân. 671 § 1). Todavia, também neste caso tal praxis se baseia num reconhecimento objectivo da validade daquele sacramento nas Igrejas ortodoxas.

Como disse I. Žužek: "As directrizes sobre a *communicatio in sacris* ou sobre a admissão dos clérigos ortodoxos na Igreja católica não são directrizes provisórias, ditadas por *oikonomia,* no género de uma mitigação de certas normas irrevogáveis, antes pelo contrário elas são normas baseadas no reconhecimento da validade dos sacramentos na Igreja ortodoxa" [63]. "Trata-se simplesmente de tomar consciência da verdade e de se comportar em consequência. Com toda a franqueza — prossegue Žužek —, parece-me que tal serviço à verdade, da qual estamos convencidos, é a suprema *oikonomia*" [64].

D. Conclusão

No fim desta explicação, não sei se a questão fica mais clara ou ainda mais confusa.

Podemos, no entanto, constatar o facto de que o Código oriental não quis recolher qualquer referência explícita à *oikonomia,* ainda que — como dissemos — tal decisão se baseie precisamente na convicção da Comissão segundo a qual no Direito canónico existem já todos os meios necessários para viver este critério de governo. Talvez se quisesse evitar o risco de tolher os limites à discrecionalidade dos pastores.

Contudo, é preciso fazer notar que o Código latino conclui precisamente com uma frase que contém uma regra de conduta que julgo reflecte a verdadeira *oikonomia*: o pastor deve actuar sempre *"servata aequitate canonica et prae oculis habita salute animarum, quae in Ecclesia suprema semper lex esse debet"* (*CIC* cân. 1752).

[61] Cfrr. L. STAN, *Economy and Intercommunion,* in «Diakonia» 6 (1971), p. 215.
[62] B. ARCHONDONIS, *The problem of Oikonomia today...*, o.c., p. 48.
[63] I. ŽUŽEK, *L'économie dans les travaux...*, o.c., p. 79.
[64] *Ibid.*, p. 78.